

## **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

*O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.*

### **A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo**

Marcia de Paula Gregorio Razzini (Pós-doutorado, Faculdade de Educação-USP)

#### ***Introdução***

O crescimento do consumo de livros didáticos representa um marco no acesso à educação elementar e está diretamente ligado à consolidação dos sistemas nacionais de educação pública em curso na Europa e América no último quarto do século XIX. A ampliação do mercado de livros escolares faz parte das condições de infraestrutura física e cultural criadas para essa consolidação (Carbone, 2003, p. 14).

Na pesquisa de pós-doutorado que venho desenvolvendo na Faculdade de Educação da USP sobre a produção e circulação de livros escolares encontrei uma estreita relação entre a expansão da escola pública primária no Estado de São Paulo e a expansão editorial no período da chamada República Velha (1889-1930). Parte da pesquisa dedica-se ao estudo dos livros didáticos da Livraria Francisco Alves produzidos nesse período, tema do presente artigo.

Os primeiros livros didáticos brasileiros foram produzidos pela Imprensa Régia (depois denominada Imprensa Nacional). Na segunda metade do século XIX, registra-se um crescimento substancial deste segmento em editoras privadas, como a Garnier, a Laemmert e a Livraria Clássica de Alves & Cia., todas do Rio de Janeiro, responsáveis por mais de 44% de toda a produção brasileira de livros escolares, conforme informava o *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885. Por outro lado, verifica-se que até o final do Império, grande parte dos livros usados em nossas escolas vinha importada de Portugal. Ao que parece, a nacionalização da produção (e da autoria) do livro didático brasileiro só aconteceria de fato no final do século XIX, junto com a nacionalização do livro infantil (Hallewell, 1985; Bittencourt, 1993; Lajolo e Zilberman, 1996; Valente, 1999), não por acaso, quando o sistema de educação pública elementar começou a ser ampliado.

A expansão da escola pública primária no Estado de São Paulo, encetada logo após a Proclamação da República, viria acelerar o desenvolvimento do mercado

editorial e ampliar o mercado de trabalho, envolvendo professores, artistas, editores e técnicos na escrita, ilustração e produção de livros didáticos. A década de 1890 marcaria também a ascensão da Livraria Clássica de Alves & Cia. (depois Livraria Francisco Alves) como a principal editora de livros escolares do Brasil, *alcançando o topo no universo editorial brasileiro* (Bragança, 2002, p. 76).

### ***Expansão escolar***

São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a implementar um sistema público de ensino elementar de massa, fornecendo inclusive modelos e/ou mão-de-obra especializada para a instalação de sistemas similares de ensino em outros Estados (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina). O crescimento da rede pública escolar foi impulsionado pelas idéias republicanas, pela lavoura de café, pela imigração e pela urbanização, mas foi beneficiado, sobretudo, pela Constituição de 1891, que determinou a retenção dos impostos de exportação pelos Estados enquanto a União ficou com os impostos de importação, aumentando substancialmente a receita do Estado de São Paulo (Deaecto, 2002, p. 62).

O modelo de ensino escolar paulista se traduz na invenção dos “Grupos Escolares”, espaços urbanos construídos especialmente para agrupar escolas e classes que funcionavam anteriormente separadas, sujeitos a uma hierarquia administrativa e ao controle centralizado do Estado. *Nessa retórica republicana, a escola foi sobretudo signo do “progresso” que a instauração do novo regime anunciava. Na monumentalidade de seus edifícios, ela deveria fazer ver a República inaugurada.* (Carvalho, 2002, p. 203)

Entre 1890 e 1920 foram construídos na capital e no interior do Estado de São Paulo mais de 130 Grupos Escolares e, para a formação de professores, foram implantadas 10 Escolas Normais nas seguintes cidades: São Paulo (Praça da República e Brás), Itapetininga, Pirassununga, São Carlos, Piracicaba, Botucatu, Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca (São Paulo, 1907-08; Corrêa et alii, 1991 e Ferreira et alii, 1998). Convém assinalar que, dada a sua importância histórica, esses prédios foram tombados pelo CONDEPHAAT recentemente, em agosto de 2002 (Processo 24929 de 04/08/1986).

### **Segundo Rosa Fátima de Souza, a nova escola pública**

é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime; é a escola da República para a República. [...] era preciso fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica;

enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras existente no Império. (Souza, 1998, p. 29)

Para coordenar as mudanças no sistema de ensino paulista, em 1894, foi inaugurado na capital o novo prédio da Escola Normal de São Paulo (depois batizada de Escola Normal Caetano de Campos), na então retirada e recente Praça da República<sup>1</sup>, topônimo perfeito para abrigar uma instituição modelo, encarregada de irradiar o projeto educacional dos republicanos e suas inovações didáticas. Além de cuidar da formação dos futuros professores primários, a Escola Normal mantinha uma escola primária anexa, chamada de Escola-Modelo, onde os normalistas dos últimos anos faziam estágio, e um Jardim da Infância, primeira escola pública infantil, inaugurada em 1896.

Os Grupos Escolares, espaços especialmente projetados para o funcionamento de escolas<sup>2</sup>, generalizaram a aceitação do *método simultâneo* como forma de organização do tempo e do espaço escolar, permitindo “a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente” (Faria Filho, 2000, p. 142) e a organização de classes mais homogêneas, o que facilitava a execução de um programa de estudos unificado e graduado. Esta forma de organização se opunha ao *ensino individual*, método mais comum até então, onde o professor ensinava separadamente cada aluno, um após o outro, dedicando a cada um poucos minutos para sua particular e lenta progressão, enquanto os outros deveriam trabalhar em silêncio e sozinhos. Nesse sistema as turmas eram heterogêneas, de várias idades e de diferentes estágios de aprendizagem, não havia um programa a seguir e as variações entre as escolas eram imensas (Bastos e Faria Filho, 1999).

Quanto ao processo de aprendizagem, procura-se difundir com entusiasmo o *método intuitivo*, em voga no Brasil desde a última década do Império, apoiado, por exemplo, por Rui Barbosa, tanto nos seus pareceres sobre a *Reforma do Ensino Primário* (1883), quanto na tradução e adaptação do manual de Norman Alison Calkins, *Primeiras lições de coisas*, (1886). Ancorado nas idéias de Pestalozzi, Froebel e Herbart, o método intuitivo era assim chamado porque dava muita importância à intuição, à *observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar* (Faria Filho, 2000, p. 143).

---

<sup>1</sup> O antigo Campo dos Curros, utilizado para touradas e treinamento de cavalos, foi rebatizado em 1889 de Praça da República. Na década de 1890 a cidade de São Paulo estava se expandindo para a direção da Praça da República e do bairro de Higienópolis. Para isso foi inaugurado em 1892 o Viaduto do Chá, o qual faria a ligação do novo bairro com centro da cidade.

<sup>2</sup> Arquitetos como Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, José Van Humbeeck, Manuel Sabater, entre outros, projetaram edifícios suntuosos, construídos com material nobre importado, segundo preceitos médico-higienistas.

Ao mesmo tempo, considerava-se que o método simultâneo era a melhor forma de organizar as turmas para a aplicação do método intuitivo:

Já por meio de conselhos durante as visitas escolares, já por meio de circulares aos delegados de paróquias, tenho recomendado aos professores públicos primários que se abstenham das lições individuais, hoje em toda parte condenadas, e prefiram os exercícios em comum, a fim de melhor ser aproveitado o método intuitivo, o único que deve ser adotado nas escolas primárias. (Ofício de 4 de junho de 1883 do Inspetor da Instrução Pública da corte, A. H. de Souza Bandeira Filho, encaminhado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Dr. Francisco Antunes Maciel, documento reproduzido nessa edição de 1886 das *Primeiras lições de coisas* de Calkins, p. III e IV)

Junto com a observação e a experiência, o método intuitivo privilegiava a aprendizagem através da ilustração e do desenho. Desta maneira, a imagem tornou-se tão importante quanto o texto na sala de aula, daí a atenção especial que o ensino do desenho ganhou tanto no currículo das Escolas Normais quanto no currículo dos Grupos Escolares.

Acompanhando esta mesma tendência de valorização da imagem, nota-se que os livros dirigidos ao ensino elementar (assim como os livros de literatura infantil) passaram a apresentar cada vez mais ilustrações e fotografias, inclusive nas capas, ampliando também o mercado de trabalho para artistas que até então atuavam em jornais e revistas.

Não se pode deixar de mencionar que a adoção do método intuitivo e o uso da imagem como importante recurso pedagógico só foi possível graças aos avanços das técnicas de impressão e das técnicas de fabricação do papel, em curso desde a metade do século XIX, que baratearam o custo do material didático impresso. Além de livros ilustrados com litogravuras, xilogravuras, zincogravuras, muitas vezes com “clichês” importados, os alunos brasileiros passaram a conviver com mapas geográficos e quadros murais do ensino intuitivo pendurados nas paredes das salas de aula, muitos deles coloridos através da cromolitografia.

Ressalvadas as diferenças locais, verifica-se que esse modelo de escola elementar de massa, então denominado de “educação popular”, vinha se disseminando pela Europa desde a primeira metade do século XIX, sobretudo na França, país que durante longo período exerceu forte influência cultural sobre os brasileiros e suas instituições.

Cabe ainda assinalar que os republicanos transplantaram para as escolas públicas de São Paulo um modelo de ensino que nas últimas décadas do Império já era bem-sucedido na iniciativa privada.

Na corte, por exemplo, Abílio César Borges, (Barão de Macaúbas, dono do Colégio Abílio), e Menezes Vieira (dono do Colégio Menezes Vieira) haviam introduzido inovações pedagógicas substantivas, como deixa entrever a premiação da Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, de 1883. Além de diretores de seus estabelecimentos, ambos eram autores de livros didáticos premiados. (Bittencourt, 1993, p. 123-125). Menezes Vieira, baseado em Froebel, havia criado em 1875 o “primeiro jardim-de-infância particular do Brasil” (Kuhmann Jr., 2000, p. 474).

Em São Paulo, desde a década de 1870, registra-se o esforço de introduzir “procedimentos modernos de ensino”, tanto nas iniciativas de Rangel Pestana e João Köpke, no Colégio Pestana e na Escola Neutralidade (Hilsdorf, 1986, p. 214-238), como nas escolas de confissão protestante, fundadas por missionários americanos (Hilsdorf, 1977). Entre essas últimas, destaca-se a Escola Americana (depois Colégio Mackenzie), cuja influência em São Paulo foi preponderante na implantação da reforma republicana de ensino, através da assessoria de Horace Lane, da contratação de Miss Marcia Browne na Escola-modelo do Carmo, e de indicações de livros e métodos de ensino (*Centenário do ensino normal em São Paulo*, 1946, p. 94-95).

Desta maneira, pode-se afirmar que a expansão da escola pública no Estado de São Paulo procurava articular o programa ideológico da República com as inovações pedagógicas vindas da Europa e Estados Unidos, dando à escola primária uma finalidade nacionalizadora, cívica e moral, reorganizando o espaço e o tempo escolar e difundindo um novo método de ensino-aprendizagem.

Tal ponto de inflexão da escola primária exigia não só prédios e móveis específicos, mas também o uso de novos materiais didático-pedagógicos como livros, cadernos e impressos iconográficos (mapas e cartazes). Além disso, a nova organização do espaço e do tempo imposta pelo modelo dos Grupos Escolares contribuiu para a afirmação do ensino simultâneo e para a uniformização e seriação dos conteúdos, o que passou a exigir uma variedade muito maior de livros e de outros materiais didáticos adaptados ao ensino graduado de todas as matérias do currículo.

Para a nova demanda, a primeira solução foi importar carteiras e vários materiais escolares, mas o mesmo não acontecia com os livros que, ou tinham que ser traduzidos e adaptados para nossa realidade, ou tinham que ser inventados segundo as novas diretrizes educacionais, ou seja, tinham que forjar uma educação nacional pautada pelos moldes do novo regime. Nesse sentido, portanto, a expansão da escola pública primária desencadeou a expansão da produção nacional de livros didáticos, embora a impressão

de muitos desses livros continuasse a ser feita fora do país, ao menos até a Grande Guerra de 1914.

### ***Expansão editorial***

A década de 1890 foi marcada por grande desenvolvimento da indústria gráfica no Estado de São Paulo. Só na capital existiam nesse período 290 tipografias e litografias, muitas dedicadas à impressão de periódicos e ao impresso comercial (rótulos, folhetos, cartazes, clichês, cartões postais e de visita, etc). Além do aumento da circulação de jornais, a capital paulista assistiu à eclosão de diversos materiais impressos, especialmente da revista, gênero de publicação periódica que, junto com o jornal e o cartaz, “aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem” (Martins, 2001, p. 166-177 e Gonçalves, 1995).

Editoras já tradicionais no segmento de livros didáticos, como a Livraria Francisco Alves, fundada em 1854 no Rio de Janeiro, expandiram seus negócios em São Paulo, abrindo sua primeira agência em 23 de abril de 1894, à Rua da Quitanda n.º 9, endereço próximo da Companhia Impressora Paulista (n.º 6) que, nessa época, imprimia o jornal *O Estado de S. Paulo*. No dia seguinte, a notícia estampada nesse jornal indica a importância do ato de inauguração da “livraria dos srs. Alves & Comp.”, com a presença das principais autoridades do Estado e de pessoas ilustres e proeminentes tanto da sociedade local como da capital da República. Chamam a atenção o cuidado especial na apresentação dos livros escolares produzidos pela “casa” e a homenagem dos editores às autoridades locais de ensino ao nomear as “seções” da nova livraria:

Na livraria, que está bem montada, observamos, sobretudo, grande número de obras didáticas editadas pela casa Alves & C. e outras de literatura e ciências, entre elas a última obra do dr. Silvio Romero, *Doutrina contra Doutrina*, da qual foi oferecido um exemplar aos representantes do governo e da imprensa.

A livraria dividida em quatro seções, tem em cada uma delas os seguintes nomes: - Dr. Bernardino de Campos, Dr. Cesário Motta, Dr. Paula Souza e Thomaz Galhardo. (*O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1894, p. 2)

As quatro seções da livraria homenageavam, respectivamente, o presidente do Estado, o Secretário dos Negócios do Interior (pasta que abrigava a educação ou Instrução Pública), o primeiro diretor da recém-inaugurada Escola Politécnica (1893), e o oficial maior da secretaria da Instrução Pública (Pujol, 1896; Melo, 1954).

Para abrir a agência de São Paulo em 1894, os editores Nicolau Alves e Francisco Alves de Oliveira se associaram a Manuel Pacheco Leão, filho do bacharel Teófilo das Neves Leão, professor jubilado de História e Geografia da Escola Normal

da capital federal (*Revista pedagógica*, 1890, p. 10), e de Rosalina Leonissa Pacheco da Silva, de importante família do Rio de Janeiro. Após comprar *a parte de seu tio* (1897) e tornar-se *o único dono da casa*, em 1902 Francisco Alves admitiu como sócio minoritário o seu auxiliar, engenheiro Manuel Pacheco Leão (Bragança, 2002, p. 75), sendo que a agência de São Paulo, já em novo endereço (Rua São Bento, 45), passou a categoria de filial, tendo como gerente Paulo Ernesto de Azevedo (Livraria Francisco Alves, 1954; Hallewell, 1985).

**[inserir imagem do Anúncio da Francisco Alves em São Paulo, publicado no Almanaque Melillo, 1904]**

A partir do material da Livraria Francisco Alves (1954), publicado em comemoração aos cem anos da editora, onde foi incluída uma “*Relação completa das obras publicadas*” pela casa, lista, aliás, generosamente reproduzida na dissertação de Cabrini (1994), foi elaborada uma tabela (veja a seguir) com a quantidade de títulos lançados, onde fica patente a importância de Francisco Alves como editor de livros escolares. Embora seja um dado parcial, pois não estão computadas as reedições, que eram muito frequentes, na tabela foi respeitada a classificação apresentada na referida *Relação* para os diferentes segmentos de livros produzidos pela editora, divididos em nove seções.

**PRODUÇÃO DA LIVRARIA FRANCISCO ALVES - NOVOS TÍTULOS LANÇADOS ATÉ 1954**

<b>Período/ por década</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>1880</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1910</b>	<b>1920</b>	<b>1930</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
<b>Belas-Artes</b>									3	
<b>Ciências Sociais e Políticas</b>				4	8	68	9	6	4	1
<b>Vulgarização e Conhecimentos Úteis</b>			1		2	14	4	7	2	3
<b>Livros de Ensino</b>	2	16	44	86	83	138	79	137	176	53
<b>Total</b>	2	19	54	102	123	325	174	196	203	63

Fonte: Livraria Francisco Alves, 1954.

Ao acompanhar o número de títulos lançados pela Livraria Francisco Alves, verifica-se que desde o início de sua existência os livros escolares eram a especialidade da casa, sendo que no final da década de 1880 compreendiam mais de 80% do catálogo. Quanto ao nível de ensino, percebe-se inicialmente uma produção voltada para o curso secundário, mas que, a partir da década de 1880, portanto afinado com esse período efervescente de debates sobre a educação popular, Francisco Alves começa a investir substancialmente em livros dirigidos ao ensino elementar, adicionando ao catálogo da casa autores como Hilário Ribeiro (7 títulos) e Felisberto de Carvalho (3 títulos).

A década de 1890 testemunhou um grande salto na produção da Livraria Francisco Alves, quando foram acrescentados 102 novos títulos, quantidade bem superior a tudo que se tinha editado nas três décadas anteriores (75). Só de *livros de ensino* foram lançados 86 títulos, destacando-se, sobremaneira, a inclusão de obras que até então eram publicadas pela Livraria Garnier, como os livros dos profícuos Felisberto de Carvalho (12 títulos), Olavo Freire (10 títulos), Antonio Moreira Pinto (6 títulos) e Menezes Vieira (4 títulos).

Convém assinalar as estratégias de aproximação dos editores com seu público-alvo e com alguns desses autores, a partir de novembro de 1890, quando foi lançada



pela então Livraria Clássica de Alves & C. a *Revista pedagógica*, endereçada aos professores, uma publicação mensal do Pedagogium, constituído pelo governo republicano como “centro impulsor das reformas e melhoramentos” da instrução nacional, cujos, diretor, sub-diretor e secretário-conservador eram, respectivamente, Menezes Vieira, Felisberto de Carvalho e Olavo Freire. Além da assinatura da própria revista, a Livraria Clássica de Alves & C. anunciava nas últimas páginas (em folhas cor-de-rosa) uma lista de obras didáticas e oferecia aos assinantes da revista descontos de 50% para a compra de alguns livros da casa (*Revista pedagógica*, n. 1 e 2, nov.1890; n. 3, dez. 1890; n. 5, fev. 1891; n. 6, mar. 1891; n. 22, 23 e 24, 1893 ).

Mas a expansão da produção, medida aqui em quantidade de títulos novos lançados, atingiria seu ápice nas duas décadas seguintes, sendo que os números apurados apontam que os anos de 1910 foram os de maior atividade editorial para Francisco Alves, sobretudo quando se considera a data de seu falecimento, em 29 de junho de 1917. É que desde a década anterior a Livraria Francisco Alves vinha comprando outras editoras, além de inaugurar outra filial em Belo Horizonte (1910)<sup>3</sup>.

Nessa quadra de prosperidade e expansão, 10 casas foram incorporadas na Livraria Francisco Alves. Assim é que no Rio de Janeiro foram adquiridas: a “Empresa Literária Fluminense”, a “Livraria Luso-Brasileira” de Lopes da Cunha, a “Livraria Domingos de Magalhães” e o fundo editorial das Livrarias “Savin”, “Viúva Azevedo” e “Laemmert”. Em São Paulo: a “Livraria Falcone” e a “Livraria Editora”. Em Portugal: a “A Editora” e a “Biblioteca de Instrução Profissional”. Além disso, os dois sócios daqui se associaram à “Librairie Aillaud”, de Paris, e à “Livraria Bertrand” de Lisboa. Em consequência, ficou a Livraria Francisco Alves de posse das publicações de 13 casas editoras. (Livraria Francisco Alves, 1954)

Da mesma forma, a década de 1910 marca a expansão dos sistemas públicos de ensino nos outros estados brasileiros, aumentando a demanda de livros escolares, o que indica o acerto de Francisco Alves ao arriscar e investir na produção de livros dirigidos ao ensino elementar.

A Livraria Francisco Alves ocupava, assim, paulatinamente, o espaço de suas principais concorrentes, a Laemmert e a Garnier, tornando-se a principal editora brasileira, e Francisco Alves, ao *incorporar a seus negócios livrarias-editoras estrangeiras*, invertia o *percurso de seus contemporâneos europeus, como os Garnier* (Bragança, 2002, p. 76).

Nesse período republicano, nota-se que a prosperidade da Livraria Francisco Alves acompanhou a expansão da escola pública primária, pois, se de 1854 a 1889 ela

---

<sup>3</sup> A propósito da Livraria Francisco Alves em Belo Horizonte, consultar os artigos de Francisca Maciel e de Isabel Frade nesta mesma coletânea.

havia publicado apenas 75 títulos (sendo 62 dirigidos ao ensino), de 1890 a 1919 ela lançou 550 títulos, dos quais 307 eram didáticos.

Depois da morte de ambos os sócios (Manuel Pacheco Leão morrerá antes de Francisco Alves, em 24 de dezembro de 1913) e depois de cumprido o testamento de Francisco Alves, que deixou imensa fortuna para a Academia Brasileira de Letras, a editora passou a ser dirigida por Paulo Ernesto de Azevedo, então cunhado de Pacheco Leão, que permaneceu à frente da casa até 1941 (Livraria Francisco Alves, 1954; *O Estado de S. Paulo* de 25/12/1913, p. 8). Daí o uso da chancela “Livraria Paulo de Azevedo & Cia.” nos livros didáticos, junto (ou não) com a denominação Livraria Francisco Alves.

Reduzida, se comparada com o pico da década de 1910, a produção de novos títulos nas décadas seguintes (de 1920 até 1954) manteve-se regular, com a ótima média de 190 títulos novos por década, ou 19 por ano. O que chama a atenção, na década de 1940, é o crescimento da produção de *livros de ensino*, segmento que respondia por mais de 86% do total de títulos lançados, momento em que se verifica, novamente, o movimento de expansão escolar do ensino primário e também do secundário.

*Francisco Alves lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil* (Bragança, 2002, p. 76). Principal editora do país durante longo período, a Livraria Francisco Alves ficaria gravada na memória de muitas gerações de brasileiros também como sinônimo de livro didático. Para uma ampla configuração da Livraria Francisco Alves em São Paulo *no contexto de desenvolvimento do comércio de bens culturais*, veja o artigo de Marisa Midori Deaecto “A Livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917)” presente nesta coletânea.

### ***O circuito do livro escolar***

O controle da instituição patrocinadora da educação sobre o livro didático sempre fez parte da história desse objeto cultural, seja no ensino religioso, leigo, público ou privado. Daí a necessidade da freqüente composição entre os que estão na ponta da produção, autores e editores, e os agentes encarregados da aprovação dos livros para uso dos seus consumidores, os alunos.

No Brasil, registra-se que essa função reguladora foi exercida, ora mais frouxa, ora mais cerrada, pela Companhia de Jesus, pela metrópole portuguesa e, depois da Independência, pelos governos centrais e provinciais.

Desde o Império, a produção regional de livros escolares, embora numericamente mais modesta que a da corte, sempre teve importância na hora das adoções e validações oficiais em várias províncias brasileiras, pois o processo de autorização era local.

Sediados no Rio de Janeiro, onde enfrentavam a concorrência de Garnier e Laemmert, líderes do mercado nacional na década de 1880, os editores Nicolau e Francisco Alves mostraram-se perspicazes e habilidosos para reconhecer e atrair autores didáticos, estreatantes ou de outras editoras, com maior potencial de venda. Daí a preferência por títulos de autores estabelecidos no Rio de Janeiro, validados no local, alguns ligados ao Colégio Pedro II, outros à Escola Normal de Niterói, instituições modelares do ensino secundário e primário. Hilário Ribeiro e Felisberto de Carvalho exemplificam a agilidade da Livraria Francisco Alves em arriscar com o novo e em atrair títulos consagrados.

Hilário Ribeiro publicou entre os anos 1870 e 1880 pela editora Carlos Pinto & Cia do Rio Grande do Sul (Bittencourt, 1993, p.125) e depois pela Garnier, quatro *livros de leitura*, que compunham a “Série Instrutiva, Lições no Lar”, além de uma *Gramática elementar* e a *Geografia do Rio Grande do Sul*, livros premiados na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, em 1883. Professor do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, ele lançou, dois anos depois, pela Livraria Francisco Alves uma outra série que obteve muito sucesso, com quatro “novos livros de leitura”, sendo que a *Cartilha Nacional* ou *Novo primeiro livro de leitura* se diferenciava do antecessor, o *Silabário* ou *Primeiro livro de leitura*, por indicar “o ensino simultâneo de leitura e escrita”, ao invés de ensinar a ler em primeiro lugar e depois a escrever, separadamente, como era o método mais antigo. O curioso é que essas duas séries de livros de leitura continuaram a ser reeditadas pela Livraria Francisco Alves (com exceção do *Silabário* que permaneceu na Garnier), como mostra o *Catálogo do material e livros aprovados para uso das escolas públicas primárias no ano de 1891*, extraído da *Revista pedagógica* do Rio de Janeiro deste mesmo ano (Apud Bittencourt, 1993, “Anexo”).

Os livros de leitura de Hilário Ribeiro apareceram também nas listas de livros aprovados pelo governo de São Paulo para uso das escolas públicas (*Revista de ensino*, out. 1904; São Paulo, 1907-1908; São Paulo, 1918; São Paulo, 1936-1937), um feito raro para autores fora do raio de ação da Escola Normal Caetano de Campos, principal instância de validação de métodos de ensino e de manuais escolares.

Quanto a Felisberto de Carvalho, professor da Escola Normal de Niterói, teve três títulos publicados inicialmente pela Livraria Francisco Alves em 1888: *Aritmética para as escolas primárias*, *Tratado de metodologia* e *Trechos escolhidos para os exercícios graduados de análise*. Já os direitos da colorida série graduada de cinco *Livros de leitura* foram adquiridos da Garnier pela Francisco Alves a partir de 1892 (Livraria Francisco Alves, 1954; Cabrini, 1994). Curioso que, embora reeditados até 1959, não há registro nas listas de livros aprovados oficialmente de que esses livros tenham sido usados no Estado de São Paulo até o final da década de 1930. Ao contrário do Rio de Janeiro e de outros estados, sua adoção em São Paulo parece ter ocorrido depois de 1940.

Em São Paulo, desde o início da República o governo controlou a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas, quer seja sob a alegação da necessidade de *uniformização do ensino*, quer seja porque legislava sobre programas e currículos, ou ainda porque se convertera em principal comprador do produto. Assim, só poderiam ser adotados nas escolas públicas os livros didáticos aprovados previamente pelo Conselho Superior de Instrução Pública e, mais tarde, quando este foi extinto (1897), pela Diretoria Geral de Instrução Pública e, sucessivamente, pelas comissões designadas pelo Estado.

Além da construção e reforma de prédios e do fornecimento do mobiliário, que obedeciam aos preceitos higienistas, estava previsto que o governo providenciaria os outros materiais escolares, sendo que os livros didáticos, depois de passarem pelo crivo do Conselho Superior de Instrução Pública, seriam destinados aos alunos mais carentes.

Artigo 17. No ensino ministrado pelas escolas públicas serão adotados somente os livros que o Conselho Superior aprovar.

Artigo 18. Os livros e mais objetos destinados ao ensino preliminar serão distribuídos às escolas pela diretoria geral da instrução pública, que os enviará aos respectivos professores por intermédio do inspetor de distrito.

§ único. O inspetor passará recibo dos objetos que receber e bem assim o professor.

Artigo 19. Fica ao critério do professor permitir que os alunos levem para suas casas os livros de que fizerem uso, tendo em vista, para essa permissão, o cuidado com que as crianças tratarem os mesmos livros.

Artigo 20. Para ressalva de suas responsabilidades quanto aos livros, os professores são obrigados a consignar, no livro de inventário de suas escolas, todas as observações relativas aos estragos dos livros fornecidos.

Artigo 21. Os livros serão distribuídos na proporção designada pelo Conselho Superior e destinando-se ao uso dos alunos cujos pais ou protetores não puderem fazer aquisição das obras adotadas para o ensino.

(São Paulo, 1894, p. 174-175).

De fato, inicialmente, os livros escolares comprados pelo governo paulista eram destinados aos alunos mais carentes, mas em 1913, a propaganda da Instrução Pública

anunciava que em São Paulo o governo fornecia “*gratuitamente às escolas: papel, pena, tinta, lápis, livros didáticos, etc*” (Pereira e Oliveira, 1913, p. 4), informação sempre contraditória quando confrontada com os relatórios de inspetores de ensino e diretores de escolas que afirmavam a precariedade do ensino e a falta de material didático, sobretudo nas Escolas Isoladas, localizadas no campo.

Outro fator relevante do controle estatal na adoção de livros didáticos era o estabelecimento de que só os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos, restrição que, de saída, eximia o governo paulista de fornecer livros didáticos das demais disciplinas, às quais ficariam a cargo da *palavra do mestre*.

Relativamente aos livros, entendo que o Estado se deve limitar à distribuição de livros de leitura instrutiva e literária. Os aparelhos de ensino, as cartas e globos geográficos e a palavra do mestre completarão o material indispensável.

Entre os primeiros temos adotado o *Método de leitura* do professor Arnaldo Barreto, as obras de João Köpke e de d. Maria de Andrade, o *Coração*, de Amicis, os *Contos Infantis*, de Júlia Lopes, *As crianças e os animais*, de m<sup>me</sup>. Susana Cornaz. É preciso distribuir largamente os livros de leitura e variar a sua escolha, dando aos professores ensejo de se dedicarem à literatura didática, tão pobre ainda em nosso país. (Pujol, 1896, p.46.)

Quanto aos títulos aprovados pelo governo de São Paulo em 1896, percebe-se a influência das validações oficiais na capital federal (Amicis<sup>4</sup> e Julia Lopes) e a preferência por autores que atuavam no ensino público e/ou na imprensa paulista: Arnaldo Barreto e João Köpke (dos quais se falará mais adiante), Maria de Andrade e Júlia Lopes de Almeida.

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, formada nos Estados Unidos, era professora da Escola Americana e, junto com Marcia Browne e a convite de Caetano de Campos, regeu as primeiras classes da Escola-modelo, anexa à Escola Normal de São Paulo, logo após a reforma de ensino em 1890. Seu livro de leitura foi impresso nos Estados Unidos e não há notícia de novas edições. Já os *Contos infantis* das irmãs Júlia Lopes de Almeida (escritora e jornalista) e Adelina Lopes Vieira foi um *bestseller* didático. Essa obra, publicada inicialmente em 1886 pela editora Laemmert, passou em 1905 (então na oitava edição) para a Livraria Francisco Alves, onde foi seguidamente reeditada.

Importante notar a diferença entre os livros aprovados e os livros adotados pelo governo. Os primeiros estavam liberados para o uso nas escolas públicas, enquanto os

---

<sup>4</sup> A propósito do livro de Edmundo de Amicis, *Coração*, traduzido por João Ribeiro e publicado em 1891 pela Livraria Francisco Alves, consultar o artigo de Maria Helena Câmara Bastos nesta coletânea.

últimos eram aqueles que seguramente seriam comprados pelo poder público. O anúncio da revista *A Escola publica*, de 1896, aponta essa diferença:

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO CASA EDITORA.  
 Aritmetica Escolar, pelo prof. *Ramon Roca Dordal*. Teoria, exercícios e problemas, em seis cadernos. Vende-se separadamente cada caderno.  
 As Crianças e os Animais, por *Suzana Cornaz*, traduzido por D. Antonio da Costa, 1 volume.  
 Cartilha das Mães, por *Arnaldo Oliveira Barreto*, novo metodo de leitura, 1 volume. Obra adotada para as Escolas Publicas do Estado.  
 Redação e Estilo, pelo prof. *Genesio Rodrigues*. Livro do aluno e do professor, obra aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Publica. 2 volumes.  
 Nova Gramática Latina, por *Julio Ribeiro*, 1 volume.  
 Bouquet de Coisas, por *Horacio de Carvalho*, 2 volumes  
 Encontra-se nesta Livraria  
 Variadíssimo sortimento de Livros Escolares  
 Nacionais e Estrangeiros  
 Costa & Santos. Rua S. João, 10C. S. Paulo

Em 1908, o *Parecer da comissão incumbida de rever a lista de obras adotadas no curso preliminar* aponta que o governo fornecia aos alunos dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas só os livros de leitura, pois estes eram os únicos *facultados para uso dos alunos*. As outras matérias do currículo deveriam ser ensinadas *diretamente pelo mestre em explicações vazadas na máxima clareza e simplicidade, intuitivamente, por percepções sensíveis, concretas, sem o dispêndio de frases fora do alcance intelectual do aluno*. Daí a razão pela qual os livros de gramática, aritmética, geometria, geografia, história do Brasil, ciências físicas e naturais, ginástica, música e trabalho manual aparecerem entre os livros indicados para o uso do professor, ou seja, no grupo dos *“livros que podem servir de guia aos professores no ensino de diversas disciplinas do curso preliminar”* (São Paulo, 1907-1908, p. 383-393).

Fora do controle do Estado, mas igualmente importante para o processo de produção do livro didático, era a progressiva (e massiva) evasão escolar nas escolas públicas paulistas. Em 1904, calcula-se que 40% das classes eram destinadas ao primeiro ano (Monarcha, 1999; São Paulo 1907-1937), fato que tornava muito mais atrativo economicamente o segmento editorial dirigido aos iniciantes do curso elementar. Tal situação, perpetuada durante décadas, pode ser notada nas múltiplas tiragens das cartilhas de alfabetização e dos primeiros volumes dos livros de leitura graduada, cujas edições iam diminuindo drasticamente à medida que o livro era direcionado para as classes mais adiantadas. Nesse sentido, as grandes tiragens das cartilhas sinalizavam a maior expansão do primeiro ano do curso primário.

Portanto, os livros didáticos para o ensino primário que emergem desse controle estatal com estrondoso sucesso de mercado são os chamados livros de leitura, ou seja, as

cartilhas de alfabetização e os livros de leitura graduada. Compreende-se, assim, o papel relevante que esses livros também passaram a assumir na consolidação da ideologia republicana.

A centralização do ensino primário paulista a partir da Escola Normal Caetano de Campos colocou em relevo um grupo de normalistas que lá se formaram (ou que lá mantinham vínculos) e que depois exerceriam cargos públicos da administração escolar (professores, diretores, inspetores, etc) e muitos deles se tornariam autores didáticos, alguns de sucesso duradouro.

Assim, quando a Alves & Comp. se estabeleceu na capital de São Paulo em 1894 (ano, aliás, também da inauguração do novo prédio da Escola Normal, na Praça da República), esses editores lançaram a *História do Estado de S. Paulo* de Tancredo do Amaral, e assinaram contrato com Tomaz Galhardo para a publicação, no ano seguinte, da *Cartilha da infância* e do *Segundo livro de leitura* (Bragança, 2000, p. 464-65), autores paulistas, formados pela Escola Normal, com projeção na administração pública escolar local, cujos livros eram dirigidos à escola elementar.

Como vimos na notícia da inauguração da Alves e Comp., Tomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo (1855-1904), um dos homenageados da nova livraria, era Oficial Maior da secretaria da Instrução Pública, subordinada à Secretaria do Interior. O Comendador Tomaz Galhardo, natural de Ubatuba, formou-se na Escola Normal de São Paulo em 1876 e, provavelmente na década de 1880, publicou sua *Cartilha da Infância*, cuja 2ª. edição, de 1891, “modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari”, saiu pela Teixeira & Irmão Editores. Tanto a *Cartilha da infância* como o *Segundo livro de leitura* foram aprovados pelo Conselho de Educação Pública de São Paulo em 1895, ou seja, no mesmo ano em que passaram a ser publicados pela Alves e Comp. Em 1979 ainda circulava a 225ª. edição desta cartilha feita pela Livraria Francisco Alves (Köpke, 1891; Pujol, 1896; Melo, 1954; Mortatti, 2000).

Tancredo Leite do Amaral Coutinho (1866-1928) era professor da Escola Normal de São Paulo e fazia crítica teatral no jornal *Correio Paulistano*, onde depois também publicou “juízos críticos” para defender seus livros didáticos (*Correio Paulistano* de 7/4/1897, p. 3 e de 15/4/1897, p. 2). Dele, saíram ainda pela Livraria Francisco Alves: *Geografia elementar*, 4ª. edição (1895); *Analetos paulistas* (1896) e *O Estado de S. Paulo* (1896),

Além desses autores, na primeira década do século XX, nota-se que a Livraria Francisco Alves estava afinada com a expansão da escola pública primária paulista,

através da inclusão no seu catálogo de vários autores didáticos oriundos de São Paulo, a maioria ligada à administração educacional, com destaque para Romão Puiggari, Arnaldo Barreto, Ramon Roca Dordal e, principalmente, João Köpke.

Os livros de leitura de João Köpke (1853-1926), filho de Henrique Köpke, dono de conhecido colégio em Petrópolis (RJ), aparecem seguidamente nas listas de adoções oficiais do Estado de São Paulo. Nascido no Rio de Janeiro, mas estabelecido em São Paulo (professor nos colégios Neutralidade, Pestana, Escola Americana e Curso Anexo da Faculdade de Direito), João Köpke lançou em 1874 o *Método racional e rápido para aprender a ler sem soletrar, dedicado à infância e ao povo brasileiro* com o objetivo de substituir os silabários, (livro reeditado em 1879). No entanto, os livros que alcançaram muito sucesso foram os da “Série Rangel Pestana”, cinco volumes intitulados *Leituras* (ou *Lições*) *morais e instrutivas* (1<sup>o</sup>. Livro, 1884), seguidamente reeditados. De sua lavra saíram, ainda, as *Leituras práticas* e as *Fábulas*, cujo exemplar de 1891 (provavelmente a primeira edição) traz na contra-capa a lista de todos os seus livros didáticos, publicados pela Teixeira & Irmão, proprietários da Grande Livraria Paulista, à Rua São Bento, 65. Tais livros seriam reeditados pela mesma Livraria Paulista de Miguel Melillo (1896), pela editora Laemmert (1901), novamente por Melillo (até 1904), depois por N. Falcone & Cia (1904) e, finalmente, depois que esta última casa foi adquirida pela Livraria Francisco Alves (provavelmente em 1908) eles foram aí continuamente reeditados até a década de 1950. A reconstituição desse pequeno histórico editorial foi possível graças aos anúncios veiculados em jornais, almanaques, revistas pedagógicas (*Eschola pública*, *Revista de ensino*) e aos próprios livros didáticos que traziam um pequeno catálogo.

Formados pela Escola Normal e ocupando cargos da administração escolar, Romão Puiggari, Arnaldo Barreto e Ramon Roca Dordal publicaram, ora separadamente, ora em diversas parcerias, vários títulos didáticos que seriam incluídos constantemente nas listas de livros aprovados pelo governo de São Paulo.

Natural de Campinas e de família de educadores (René de Oliveira Barreto, Rita de Macedo Barreto), Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925) foi professor da Escola-Modelo do Carmo (1894), inspetor das escolas anexas à Escola Normal de São Paulo (1897), diretor do Ginásio de Campinas e diretor da Escola Normal de São Paulo (1924-25). Foi também redator-chefe da *Revista de Ensino* (1902-1904), órgão da Associação Beneficente do Professorado Paulista. Arnaldo Barreto é autor de vários livros didáticos de sucesso da Livraria Francisco Alves, como *Cartilha das Mães* (12<sup>a</sup>. edição, 1911),



*Cartilha Analítica* (1909), *Leituras Morais* (5<sup>a</sup>. edição, 1909) e *Primeiras Leituras* (2<sup>a</sup>. edição, 1908); e co-autor com Romão Puiggari de uma série de quatro *Livros de Leitura*, e co-autor com Ramon Roca Dordal da coleção de seis *Cadernos de Cartografia*. (*Revista de ensino*, set. 1908; Livraria Francisco Alves, 1954; Melo, 1954; *Centenário do Ensino Normal em São Paulo*, 1946; Mortatti, 2000; Bernardes, 2003).

As primeiras edições da *Cartilha das Mães* foram publicadas pela Livraria Civilização Casa Editora, de Costa & Santos, conforme anúncio aqui reproduzido da revista *A escola pública* (março 1896). Nesse mesmo número da revista há longo artigo de Arnaldo Barreto para tratar desse seu método de ensino. Em 1904 a *Cartilha das mães* consta do catálogo da Grande Livraria Paulista de Miguel Melillo, juntamente com as *Leituras Morais* e os dois primeiros volumes da série de *Livros de leitura* Puiggari-Barreto (*Almanaque Melillo para 1904*). Depois, os livros escolares de Arnaldo Barreto e seus parceiros seguiram o mesmo caminho dos livros de João Köpke, até chegarem nos prelos da Livraria Francisco Alves, com a aquisição da N. Falcone & Cia.

A trajetória da Livraria Francisco Alves e seus desdobramentos em São Paulo mostram que a expansão da escola pública elementar criou condições muito favoráveis para a expansão editorial. Mostra também que seus editores se esforçaram para compreender e para participar de todas as fases do circuito do livro escolar, da produção ao consumidor final, circuito esse, ao mesmo tempo, tão sensível às novas técnicas de produção, aos agentes educacionais e às redes de sociabilidade. Para isso, eles sabiam que naquela época era imprescindível estar presente no local onde o produto seria gerado, validado e consumido. Logo depois, a expansão escolar paulista frutificou em outros estados e a Livraria Francisco Alves tornou-se a maior editora do país.

## BIBLIOGRAFIA

*A Eschola Publica*. Publicação Trimensal. São Paulo: Typ. da Industrial de S. Paulo, Anno I, N. I, março/1896.

*Almanaque Melillo para 1904*. (1904) São Paulo: Miguel Melillo & Cia.

BASTOS, Maria Helena C. e FARIA FILHO, Luciano M. (Orgs.) (1999) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo/PR: EDIUPF.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. (1999) “Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos”. In: ABREU, Márcia. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP.

- BERNARDES, Vanessa Cuba. (2003) *Um estudo sobre Cartilha analítica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) Marília: Universidade Estadual Paulista-UNESP.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. (1989) Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v.15, n.21, p.167-187, jul./dez.
- \_\_\_\_\_. (1993) *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH.
- BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. (2000) “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP.
- \_\_\_\_\_. (2001) BRAGANÇA, Aníbal. *Eros pedagógico: a função editor e a função autor*. Tese (doutoramento). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2002) “Uma introdução à história editorial brasileira”. In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, v. XIV (2ª. série). Separata.
- CABRINI, Conceição Aparecida. (1994) *Memória do livro didático: os livros didáticos de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho*. Dissertação (mestrado) São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- CALKINS, Norman Alison. (1886) *Primeiras lições de coisas*. Tradução e adaptação de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CARBONE, Graciela. (2003) *Libros escolares. Uma introducción a su análisis y evaluación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (2002) “A República, a escola e os perigos do alfabeto” In: PRADO, Maria Lígia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *À Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes*. São Paulo: Edusp.
- Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946*. (1946) São Paulo: Gráfica Brescia.
- CHARTIER, Roger. (1999) *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2001) “Do livro à leitura”. In: CHARTIER, Roger. (Org.) Trad. Cristiane Nascimento. *Práticas da leitura*. 2.e. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.77-105.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. (1991) *Arquitetura escolar paulista: 1890/1920*. Maria Elizabeth Peirão Corrêa, Helia Maria Vendramini Neves, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços.
- DEAECTO, Marisa Midori. (2002) *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (2000) “Instrução elementar no século XIX.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2.e. Belo Horizonte: Autêntica.
- FERREIRA, Avany De Francisco, CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão, MELLO, Mirela Geiger de. (1998) *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: FDE-Fundação para o Desenvolvimento da Educação.
- GONÇALVES, Janice. (1995) *Música na cidade de São Paulo (1850-1900): o circuito da partitura*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: FFLCH.
- HALLEWELL, Lawrence. (1985) *O Livro no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ T. A. Queirós.
- HÉBRARD, Jean. (1999) “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural”. In: ABREU, Márcia. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP, 33-77.

- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (1977) *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação (mestrado) São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1986) *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese (doutorado) São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- JULIA, Dominique. (2001) “A cultura escolar como objeto histórico”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n.1. Campinas, SP: Editora Autores Associados, jan./jun., p. 9-43.
- KÖPKE, João. (1891) *Fábulas*. São Paulo: Teixeira e Irmão Editores.
- KUHLMANN JR., Moysés. “Educando a infância brasileira”. In: LOPES, Eliane M.T.; VEIGA, Cynthia e FARIA FILHO, Luciano M. *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 469-496.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. (1996) *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática.
- LIVRARIA FRANCISCO ALVES (1954) “*Histórico da Livraria Francisco Alves*” e “*Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves: 1854-1954*”. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda.
- LYONS, Martyn. (2002) “Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários”. In: CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, p. 165-202.
- MARTINS, Ana Luiza. (2001) *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado.
- MELO, Luís Correia de. (1954) *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: s.e.(Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- MENEZES, Raimundo de. (1978) *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- MONARCHA, Carlos. (1999) *Escola normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. (2000) *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: Editora UNESP: CONPED.
- PEREIRA, A. Rodrigues Alves e OLIVEIRA, Mariano de. *Notícia sobre o ensino no Estado de São Paulo*. 3º. Congresso de Instrução Primária e Secundária no Estado da Bahia. São Paulo: Typ. Siqueira, Nagel & C., 1913.
- PUJOL, Alfredo. (1896) *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial.
- Revista de ensino*. (1902) São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, outubro.
- Revista de ensino*. (1904) São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, junho.
- Revista de ensino*. (1905) São Paulo: Tip. Guimarães, abril.
- Revista de ensino*. (1908) São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, setembro.
- Revista pedagógica*. (1890) Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., novembro, n. 1 e n. 2.
- Revista pedagógica*. (1890) Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., dezembro, n. 3.
- Revista pedagógica*. (1891) Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., fevereiro, n. 5.
- Revista pedagógica*. (1891) Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., março, n. 6.
- Revista pedagógica*. (1893) Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., março, n. 22, 23, 24.
- SÃO PAULO. (1894) *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Atos do Poder Executivo, Decreto 248 de 26 de Julho de 1894, que *Aprova o regimento interno das escolas públicas*.
- SÃO PAULO. (1907-1908). *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tip. Augusto Siqueira.
- SÃO PAULO. (1918). *Anuário do Ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: s/e.

SÃO PAULO. (1935-1936). *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tip. Siqueira.

SOUZA, Rosa Fátima de. (1998) *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.